

Poder na Ditadura: hegemonia das mídias e construção de um caráter contestador¹

Talita Souza MAGNOLO²

Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

Resumo

O artigo traz um estudo voltado para as concepções de poder e como elas foram utilizadas na construção da hegemonia das mídias e construção de um caráter contestador no período da ditadura militar no Brasil. Para isso, discute o campo político e seu funcionamento dentro um estado autocrático e democrático, apresenta um breve histórico desde o golpe de Estado e a instauração de um regime ditatorial até a redemocratização de 1985. Dentro do estudo realizado do campo midiático, o artigo discute seu surgimento, bem como a parceria entre televisão e militares na tentativa de construir um meio de comunicação hegemônico para a época. Por fim, é feito o contraponto de manifestações culturais que se colocaram como contestadoras da ordem ditatorial hegemônica.

Palavras-chave

Poder; Ditadura Militar; Campo midiático; Campo político.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo está estruturado em quatro partes. Na primeira parte, foi realizado um estudo sobre diferentes concepções de poder. Foram utilizadas como referência Michel Foucault (1975), Max Weber, a partir dos estudos de Lúcio Alves Barros (2000), e Pierre Bourdieu (1989). Ainda na primeira parte foi traçado um paralelo entre as concepções e tipologia de poder, no qual se conseguiu observar as diferentes classificações e como elas, ao longo do trabalho, enquadraram-se no período ditatorial do Brasil, que vigorou de 1964 a 1985.

A segunda parte analisou o campo político, principalmente os conceitos de Estado Autocrático e Estado Democrático. Essa distinção se fez necessária para a apresentação de uma breve retrospectiva histórica desde a instauração da ditadura militar, com o golpe em 1964, até a redemocratização do Brasil, no ano de 1985.

Na terceira parte, foi focada a construção de um modelo hegemônico do sistema de mídia no Brasil, na época da Ditadura Militar. Foi realizado um estudo sobre campo midiático bem como seu surgimento, conceitos e características. Além disso, foi

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Mídias e Liberdade de Expressão, XV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Aluna especial de mestrado na Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, email: talita.magnolo@yahoo.com.br

apresentado, de maneira sucinta, o desenvolvimento histórico da televisão nos anos da ditadura e seu desenvolvimento econômico, político e social, comprovando a grande influência do sistema militar na programação televisiva e suas intenções, disseminações e censura de conteúdos.

A quarta e última parte do artigo estuda o conceito de contra-hegemonia e movimentos, que, na época da ditadura, ganharam força e visibilidade por irem contra o sistema militar e suas imposições. O objeto de análise foram os Festivais de Música Popular Brasileira – que eram transmitidos pela televisão - e como eles se tornaram movimentos de contestação.

2 PODER: CONCEPÇÕES E TIPOLOGIA

2.1 As concepções de poder

Em seu livro ‘Vigiar e Punir’, Foucault (1975) estuda as práticas de poder, controle e vigilância. O autor analisa e conceitua as práticas de poder e controle desde a era clássica até a modernidade. Na época clássica, houve a descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Era facilmente manipulado, modelado, treinado e obedecia, respondia e se tornava hábil ou cujas forças se multiplicavam. Esses métodos que permitiam o controle minucioso das operações do corpo, que realizavam a sujeição constante de suas forças e lhes impunham uma relação de docilidade-utilidade. Trata-se das "disciplinas". Muitos processos disciplinares existiam há muito tempo: nos conventos, nos exércitos, nas oficinas também. Mas as disciplinas se tornaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação.

Foucault (1975) explica que a disciplina procede primeiramente à distribuição dos indivíduos no espaço e para isso, utiliza diversas técnicas. A primeira delas diz que a disciplina às vezes exige a cerca, a especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo, podendo ser um lugar protegido da monotonia disciplinar, como, por exemplo, escolas, quartéis e fábricas. A segunda técnica explica que o princípio de "clausura" não é constante, nem indispensável ou suficiente nos aparelhos disciplinares. Estes trabalham o espaço de maneira muito mais flexível e mais fina. Cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo. Em terceiro, a regra das localizações funcionais vai pouco a pouco, nas instituições disciplinares, codificar um espaço que a arquitetura deixava geralmente livre e pronto para vários usos. Lugares determinados se definem para satisfazer

não só à necessidade de vigiar, de romper as comunicações perigosas, mas também de criar um espaço útil.

Segundo Foucault (1975), o poder disciplinar é, com efeito, um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior "adestrar"; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. A disciplina "fabrica" indivíduos. Ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício.

O autor ainda trabalha a vigilância hierárquica como exercício da disciplina que supõe que um dispositivo obrigue pelo jogo do olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam. Lentamente, no decorrer da época clássica, foram construídos esses "observatórios" da multiplicidade humana.

De acordo com Foucault (1975), o Panóptico de Bentham "é uma figura arquitetural cujo princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção. Basta então colocar um vigia na torre central e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente".

Crítico das leis lineares e totalizantes da "ciência", Max Weber, citado por Lúcio Barros (2000), preocupou-se intensamente na construção de um conhecimento objetivável. O autor pretendia construir uma teoria em que fosse possível uma postura extremamente clara dos juízos valorativos, já que é impossível deixá-los de lado quando se produz ciência. Weber criou um eficaz quadro conceitual em relação à busca do conhecimento empírico.

Segundo Weber, citado por Barros, o poder é invisível e sem resistência. Aqueles que o obedecem acreditam que aquele poder pelos quais estão submissos realmente é legítimo, e como tal, o dominante tem direito de exercer o poder sobre seus súditos. Weber enumera três tipos de dominação: dominação tradicional, carismática e legal. A dominação tradicional é a forma mais antiga de dominação. Basicamente é aceita em nome da tradição e dos níveis de hierarquias, em que o exercício da autoridade se dá através, por exemplo, do comando do rei aos súditos, do pai aos filhos, dentre outros. Weber relaciona a "fidelidade

tradicional” para explicar, por exemplo, a dominação patriarcal, em que o respeito e a admiração em virtude da tradição levam à obediência. Isso leva a entender que existe uma forma de lei moral entre os indivíduos. A dominação carismática é influenciada diretamente pelos fatores emocionais e afetivos, e a obediência não é estabelecida por regra ou cargo, mas sim pela crença nas qualidades do líder, ao caráter sagrado, à força heroica, ao valor exemplar ou ao poder da palavra que distingue de modo especial e, é aceita devido à devoção afetiva por parte dos dominados. Para que a autoridade seja estabelecida, é necessário que os seguidores considerem o apelo do líder como legítimo, estabelecendo-se assim, uma lealdade de tipo pessoal. A dominação legal tem como ideia base a existência de um estatuto que pode criar e modificar normas, desde que seu processo (forma) esteja previamente estabelecido. Portanto, constitui uma relação desprovida de sentimentos, ou seja, baseia-se unicamente no profissionalismo e na hierarquia da empresa.

Dentro do pensamento de Giddens (1993), é importante explicar o conceito de ‘agentes socializadoras’. Elas são responsáveis pela reprodução da lógica de percepções do mundo. Podem ser escolas, família, profissão, entre outros. Hoje, existe o que se pode chamar de ação reflexiva, em que o sujeito se desprende da visão quadrada e consegue realizar ligações efêmeras (transitórias). Os campos simbólicos, por sua vez, possuem regras de funcionamento. São exemplos de campos: religioso, político, midiático, acadêmico, entre outros.

Bourdieu (1989) explica que o conceito de *habitus* adquire um alcance universal, tornando-se um instrumental conceptual, ao permitir examinar a coerência das características mais diversas dos indivíduos. Além disso, expressa as percepções que o indivíduo tem do mundo. *Habitus* pode ter duas disposições: disposições estruturadas, que é referente ao social e disposições estruturantes, que está relacionado com a mente.

2.2 Poder: tipologia

De acordo com Pierre Bourdieu (1989), o poder simbólico é esse poder invisível o qual só pode ser exercido com o consentimento daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. É um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica, ou seja, o sentido imediato do mundo supõe aquilo a que Durkheim chama o conformismo lógico, quer dizer, uma concepção homogênea do tempo, espaço, número e causa que torna possível a concordância entre as inteligências.

O poder simbólico como poder subordinado é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder. Nas democracias parlamentares, a luta para conquistar a adesão dos cidadãos é também uma luta para manter ou subverter a distribuição do poder sobre os poderes públicos. Os agentes por excelência desta luta são os partidos e organizações de combate.

Ao buscar fazer uma discussão sobre a mídia como poder simbólico, Thompson (1989) recorre a Michel Mann, para diferenciar os quatro tipos principais de poder: econômico, político, coercitivo e simbólico. Segundo o autor, o poder econômico provém da atividade humana produtiva; atividade relacionada com a provisão dos meios de subsistência através da extração da matéria-prima e sua transformação em mercadoria. O poder político está relacionado com a atividade de coordenação de indivíduos e da regulamentação dos padrões de sua interação. Max Weber fala que a capacidade do estado exercer a autoridade geralmente depende da capacidade de exercer duas formas de poder: coercitivo e simbólico. Já o poder coercitivo implica o uso ou de ameaça ou força física para subjugar ou conquistar um oponente. Um exemplo é o poder militar. E, por último, o poder simbólico que também pode ser chamado de poder cultural. Nasce na atividade de produção, transmissão e recepção dos significados das formas simbólicas. Os indivíduos se ocupam com as atividades de expressão de si mesmos e são envolvidos na comunicação um com os outros e na troca de informação e conteúdo simbólico.

3 CAMPO POLÍTICO: O FUNCIONAMENTO DE UM ESTADO AUTOCRÁTICO

3.1 Estado autocrático x Estado democrático

Robert Dahl é um importante cientista político norte-americano, que nasceu em 1916. A democracia é o tema central de seus estudos, livros publicados, intervenções e opiniões. Concentrado nos aspectos mais empíricos da democracia, Dahl – em seu livro *A Poliarquia* de 1971 – argumentou que as democracias contemporâneas são caracterizadas menos por uma imediata participação popular, e mais pelo controle que alguns grupos exercem sobre líderes políticos e centros de decisão. Essa pulverização de influências abordada por Dahl (1971) e que é título de sua obra, denominou-se a poliarquia.

As categorias de análise básica que fundamentam o conceito de poliarquia se referem à participação política e competição política. A participação política envolve a inclusão da maioria da população no processo de escolha dos líderes e governantes;

enquanto que a dimensão da competição política envolve a disputa pelo poder político que pode levar ao governo (DAHL, 1971). A partir dos dois parâmetros de análise é possível avaliar o grau de democracia de um regime ou sistema político. Quanto maior a inclusão dos cidadãos no processo de escolha dos líderes e governantes e quanto mais grupos dentro de uma sociedade competirem pelo poder político, mais democrática é essa sociedade.

Para Robert Dahl (1971), nas poliarquias há eleições livres, que ocorrem regularmente; a competição eleitoral é regulada; é verificado amplo controle sobre o processo de escolha de representantes e não há limites de gênero ou de expressão censitária. Na percepção do autor, na poliarquia o direito de concorrer a cargos públicos é universal. Ainda sobre isso, é importante ressaltar que ao longo do processo eleitoral tem-se o direito de livre expressão, principalmente quando são questões relevantes para a sociedade. Não há tabus ou proibições; tudo pode ser debatido. Nesse contexto do mundo contemporâneo, há também possibilidade para que o eleitor busque fontes alternativas de informação principalmente do uso de meios cibernéticos de informação. .

A poliarquia remete a um modelo imaginário de democracia procedimental. A inclusão de todo cidadão se desdobra na igualdade do voto, na possibilidade de uma efetiva participação em fóruns de decisão através do andamento do processo eleitoral e das fórmulas de escolha (DAHL, 1971). Do ponto de vista procedimental o modelo democrático se desdobra com pequenas nuances de imprestabilidade. Porém, grupos de interesse participam organizadamente da competição eleitoral e alcançam os vários nichos do poder.

É importante ressaltar que o conceito de poliarquia estudado e formulado por Dahl (1971) está fortemente baseado na concepção schumpeteriana de democracia, que se refere aos estudos pioneiros de Joseph Alois Schumpeter. Dentro da perspectiva schumpeteriana, a democracia que vigora no mundo moderno pode ser definida como um arcabouço institucional que estabelece regras que definem quem está apto a participar do processo político para escolha dos governantes e quais os meios de disputa do poder político. O modelo schumpeteriano de democracia também é chamado de "modelo procedimental" ou modelo de "democracia formal".

Para Joseph Schumpeter (1984), a democracia caracteriza-se muito mais pela concorrência organizada pelo voto do que pela soberania do povo, ou sufrágio universal,

como afirma a teoria clássica. Segundo Schumpeter, a democracia pode ser formulada através dos seguintes preceitos: a Democracia é um método político, ou seja, certo tipo de arranjo institucional para se alcançarem decisões políticas – legislativas e administrativas-, e, portanto, não pode ser um fim em si mesma, não importando as decisões que produza sob condições históricas dadas; acordo institucional para se chegar a decisões políticas em que os indivíduos adquirem o poder de decisão através de uma luta competitiva pelos votos da população; método que uma nação usa para chegar a decisões; livre competição pelo voto livre; governo aprovado pelo povo. O termo democracia tem origem no antigo grego e é formada a partir dos vocábulos demos (“povo”) e kratós (“poder”, “governo”). O conceito começou a ser usado no século V a.C., em Atenas. Atualmente, a democracia é considerada uma forma de organização de um grupo de pessoas, onde a titularidade do poder reside na totalidade dos seus membros. Como tal, a tomada de decisões responde à vontade geral. Na prática, a democracia é uma forma de governo e de organização de um Estado. Através de mecanismos de participação direta ou indireta, o povo elege os seus representantes.

De acordo com o jurista e teórico político alemão Hermman Heller (1968), autocracia é um conceito político - o termo vem do grego Auto (auto) e kratos (governo ou poder). Refere-se ao sistema de governo cuja autoridade repousa com uma pessoa sem limites: a autocrata. O seu uso mais comum é como um parâmetro de participação no poder político, ao contrário de outras como a oligarquia e a democracia. A democracia é uma estrutura de poder construída de baixo para cima; já a autocracia organiza o estado de cima para baixo.

3.2 O golpe de 64 e o período militar

Prometendo uma “limpeza” na administração, estabilização da economia e uma ordem social mais justa, Jânio Quadros, que sucedeu Juscelino, assumiu a presidência em 1961. Seu governo durou apenas 7 meses, sendo assumido, posteriormente, por seu vice, João Goulart. O governo Goulart passou por um período de profunda instabilidade, com a crise econômico-social muito intensa e grande mobilização política. O país foi praticamente dividido em dois: de um lado, forças populares que exigiam reformas sociais; do outro, os setores conservadores que temiam a “ameaça comunista”. Além de desagradar o povo, as atitudes de Goulart desagradaram, e muito, os militares que temiam que Jango transformasse o Brasil em uma república sindicalista. Nesse contexto, o golpe era

idealizado e sonhado por todos que estavam insatisfeitos com o governo (PELLEGRINI; FERREIRA, 1998).

Como consequência, chegava ao poder, em 1964, o chefe do Exército, com o governo fortalecido pelo Ato Institucional nº1, Castello Branco, que deu início à Ditadura Militar no Brasil. Os castelistas visavam a um governo mais democrático, enquanto os linhas-dura, uma força de oposição ao novo regime, defendiam o nacionalismo e sustentavam a ideia de que para mudar o país era necessário um longo período de ditadura. Logo depois de tomar o poder, os militares deram início a investigações e prisões de membros da esquerda, jornalistas, estudantes, intelectuais ou qualquer outra pessoa que fosse considerada uma ameaça ao governo. A utilização dos meios de comunicação foi intensificada retratando “vitórias” do governo e também para exibição incessante de propagandas políticas, principalmente no rádio e televisão. Logo foi organizado um esquema de censura, para que nada escapasse aos olhos do governo, que aprovava todas as informações divulgadas e veiculadas. Pressionado pela linha-dura, Jango criou o IMPs – Inquéritos Policiais Militares – que identificavam pessoas com interesses contrários aos do governo, principalmente estudantes (PELLEGRINI; FERREIRA, 1998).

A UNE (União Nacional dos Estudantes) foi proibida de exercer atividades políticas devido à sua forte carga ideológica. Tal proibição eclodiu em várias passeatas, como forma de protesto contra o governo, que foram duramente reprimidas. Mais Atos Institucionais foram criados, tais como a extinção do pluripartidarismo e as eleições indiretas para governadores. Sem oposição partidária, a população, formada por trabalhadores e artistas, se mobilizou e foi para as ruas. Essas manifestações populares aumentaram, à medida que o regime endureceu (PELLEGRINI; FERREIRA, 1998).

A ‘linha-dura’ impôs o General Arthur Costa e Silva eleito pelo Congresso Nacional em 1966. Iniciou-se com o seu governo a fase de maior repressão da ditadura militar, período conhecido como “Anos de Chumbo”. O General tomou posse em meio a grandes expectativas quanto ao progresso econômico e à redemocratização do país, sendo assim, extinguiu a Frente Ampla, movimento de oposição que reunia políticos do período pré-64, combateu a inflação, revisou a política salarial e ampliou o comércio exterior. O governo foi marcado pelas manifestações estudantis que tinham em vista a utopia da liberdade e conseguiram influenciar diversos universitários do Brasil.

A situação política agravou-se ainda mais com o tempo. O presidente Costa e Silva, então, convocou o Conselho de Segurança Nacional e, em 1968, editou o Ato Institucional

nº5, que lhe dava poderes para fechar o Parlamento, cassar políticos e institucionalizar a repressão. De outubro de 1969 a março de 1974, Emílio Garrastazu Médici presidiu o país. O presidente seguinte foi o general Ernesto Geisel, cujo governo marcou o início da abertura política no país, “lenta, gradual e irrestrita”, ela seria realmente muito lenta, durando 10 anos para ser efetivada. Ainda houve mais um general: João Baptista Figueiredo, que tomou posse em 1979, ano da queda do AI-5. Dando continuidade a abertura política, extinguiu Arena e MDB, dando legitimidade à criação de novos partidos políticos (PELLEGRINI; FERREIRA, 1998).

No dia 21 de abril de 1984, em Ouro Preto, Tancredo Neves aproveitou a cerimônia comemorativa dos 195 anos da Conjuração Mineira para distribuir Medalhas da Inconfidência. Era um sinal claro de conciliação e de demonstração explícita de que não desejava nenhuma forma de hostilidade às Forças Armadas. O jogo de sucessão se manteve em compasso de espera. O PDS estava dividido e nenhuma ala aceitava, pacificamente, a vitória da outra. Parte considerável do PMDB sentia necessidade de negociar, mas temia ser acusada, pelos defensores intransigentes das Diretas Já, de estar traindo o desejo popular de eleger diretamente o presidente da República. A movimentação de Tancredo Neves encontrou resistência dentro do PMDB. Brizola apresentou a proposta do mandato-tampão e a coincidência geral das eleições de 1986, inclusive da eleição para presidente da República. O panorama sucessório estava confuso (VILLA, 2014).

Disputaram as eleições de 1984, Tancredo Neves e seu vice-presidente José Sarney, pelo PMDB contra Paulo Maluf do PDS (VILLA, 2014). Em 15 de Janeiro de 1985, a chapa da Aliança Democrática venceu as eleições e Tancredo Neves foi eleito presidente da República. Os militares enfrentavam dificuldades para recuperar a economia do país. Nesta época, os índices de inflação eram muito altos, além dos inúmeros casos de corrupção na máquina pública revelados pela imprensa. Os setores de saúde e educação enfrentavam rombos enormes e a sociedade pressionava para que os militares deixassem o poder. Entretanto, Tancredo Neves foi internado antes de ocupar o cargo e faleceu um mês depois. Quem ocupou o cargo da presidência foi seu vice, José Sarney. Durante o Governo Sarney, uma nova Constituição foi formulada e concluída em 1988. O texto previa o fim da censura e proclamava o direito às liberdades civis da sociedade. Em 1989, a sociedade votou pela primeira vez após o fim do Regime Militar, elegendo como presidente Fernando Collor de Mello.

4 A CONSTRUÇÃO DO MODELO HEGEMÔNICO NO SISTEMA DE MÍDIA NO BRASIL

4.1 Campo midiático

O surgimento dos campos sociais ocorre a partir de um processo de secularização que Berger (1985) conceitua a secularização como “o processo pelo qual setores da sociedade e da cultura são subtraídos à dominação das instituições e símbolos religiosos”. O conceito de campo não deve ser entendido como um espaço restrito, mas sim como uma ‘realidade de forças’. Há que compreender o sentido de campo a partir de uma energia que se cria, recria, propaga, repele e é colocada em tensão a partir de trocas e de relações que são constantemente alternadas e transformadas (Rodrigues, 2000).

A formação do campo midiático decorre da necessidade de os campos sociais manterem-se unidos e ligados para fugir do isolamento e alcançar os domínios da experiência moderna, não mais marcada pela solidez, mas pela permeabilidade e pela fluidez. A emergência do campo das mídias se efetiva a partir da segunda metade do século XX e se consuma na década de 80, com uma modernidade tardia. Nos anos 90, a presença da mídia se acentua e a sociedade - indivíduos, famílias, Estado e empresas - passam a depender do funcionamento dos dispositivos midiáticos (Rodrigues, 2000).

4.2 A parceria Globo e militares: a televisão como meio hegemônico

Em seu livro “História da Televisão Brasileira”, Sérgio Mattos (2010) discute o impacto socioeconômico e político no desenvolvimento da televisão; as origens e desenvolvimento histórico da televisão brasileira; traça uma síntese cronológica dos principais acontecimentos da TV no mundo e no Brasil. Quando o autor discute a época da Ditadura Militar no Brasil, um dos primeiros pontos abordados com relação à televisão é o Conselho Nacional de Segurança.

Mattos (2010) aponta que, durante do regime militar, quem determinava os objetivos nacionais era o Conselho de Segurança Nacional. O presidente em exercício presidia o Conselho, que operava como agência do mais alto nível do país. A fim de entender como a doutrina de segurança nacional foi transformada em política, é necessário examinar os objetivos da ESG (Escola Superior de Guerra) que eram seis: integração nacional; soberania; desenvolvimento, progresso e prosperidade nacional; democracia; integridade territorial; e paz social.

Criando condições operacionais para as telecomunicações brasileiras, principalmente para o sistema telefônico, o regime militar contribuiu para o desenvolvimento técnico da televisão, a qual também foi usada para promover as ideias do regime autoritário (Mattos, 2010). De 1964 a 1985, o governo esteve envolvido com esse desenvolvimento tecnológico e também com o conteúdo e qualidade da programação televisiva, tendo criado as condições e as facilidades necessárias para que a televisão se desenvolvesse.

Pode-se concluir que todas as ações implementadas pelo regime militar, tanto as de curto como as de longo prazo, foram direcionadas para manter a ordem e a segurança e acelerar o progresso e a modernização, incluindo-se aqui a forte participação do Estado na economia, às facilidades criadas para atrair investimentos multinacionais e o desenvolvimento das condições básicas para a integração nacional através do sistema de telecomunicações. Assim sendo, a televisão brasileira se beneficiou da situação social, política e econômica no período de 1964 e 1985 (MATTOS, 2010).

Observa-se ainda que os veículos de comunicação de massa, principalmente o rádio e a televisão, foram usados pelos militares para promover a nova ordem social e o desenvolvimento. O regime usou a mídia eletrônica a fim de construir o espírito nacional baseado na preservação das crenças, culturas e valores. Foi também através da mídia que as aspirações e conceitos de desenvolvimento e integridade do regime de exceção foram impostos à população brasileira. A fim de que suas mensagens atingissem toda a população e que esta prova de modernidade, a televisão, pudesse se expandir através do território nacional, os governos militares investiram no melhoramento das condições técnicas operacionais das telecomunicações.

5 OS MOVIMENTOS DE CONTRA-HEGEMONIA

5.1 Contra-hegemonia

Dentre os estudos realizados pelo cientista político e filósofo italiano Antonio Gramsci (2004), destaca-se o conceito de hegemonia e de contra-hegemonia. Como categoria dinâmica, a hegemonia pressupõe negociações, compromissos, renúncias por parte do grupo dirigente que se pretende hegemônico. A base material da hegemonia é construída a partir de concessões e reformas com as quais se mantém a liderança de uma classe e pelas quais outras classes têm suas reivindicações atendidas. Para Gramsci, a

hegemonia não pode ser garantida sem desconsiderar demandas mínimas dos "de baixo", sendo fundamental a classe dirigente saber ceder, saber realizar sacrifícios no intuito de preservar este instável equilíbrio de forças.

Parafrazeando Marx, pode-se dizer que toda hegemonia traz em si o germe da contra-hegemonia. Há, na verdade, uma unidade dialética entre ambas, uma se definindo pela outra. Isto porque a hegemonia é um processo de luta pela cultura. O conceito de hegemonia refere-se à combinação da direção moral, política e intelectual da sociedade com a função de dominação. É exercida pelo consentimento e pela força, e constrói-se a partir da sociedade civil e através do Estado e da estrutura econômica. O conceito de hegemonia em Gramsci refere-se à análise da hegemonia das classes dominantes num determinado período histórico e pressupõe, por outro lado, a organização contra-hegemônica de grupos que lutam por novas formas de sociedade. Na teoria gramsciana, a sociedade civil e a sociedade política são identificadas como o momento do consenso e da coerção.

Para Gramsci (2004), uma força contra-hegemônica só pode ser reconhecida como tal na medida em que consegue ultrapassar a espontaneidade do movimento, que intervém com capacidade de modificar e alterar uma dada estrutura social. As fontes de qualquer hegemonia alternativa são difíceis de definir. Na visão do autor, podem nascer da classe trabalhadora, mas não essa como uma construção ideal ou abstrata, mas que tem de tornar-se uma classe potencialmente hegemônica, contra as pressões e limites de uma hegemonia existente e poderosa (WILLIAMS, 1999).

5.2 Festivais de música como movimento de contestação

O Tropicalismo, logo depois de sua "explosão" inicial, transformou-se num termo corrente da indústria cultural e da mídia. Apesar das polêmicas geradas inicialmente, o Tropicalismo acabou consagrado como ponto de clivagem ou ruptura, em diversos níveis: comportamental, político-ideológico, estético (NAPOLITANO; VILLAÇA, 1998). Ora apresentado como a face brasileira da contracultura, ora apresentado como o ponto de convergência das vanguardas artísticas mais radicais (como a Antropofagia modernista dos anos 20 e a Poesia Concreta dos anos 50, passando pelos procedimentos musicais da Bossa Nova), o Tropicalismo, seus heróis e eventos fundadores passaram a ser amados por uns e odiados por outros com a mesma intensidade.

Mesmo antes do início oficial do Tropicalismo – que se dá através das inovadoras propostas de Caetano e Gil, no III Festival de Música Popular da TV Record de 1967 -

Caetano Veloso, Gilberto Gil, Nara Leão já eram (re) conhecidos pela sociedade. Os jovens compositores foram ganhando espaço e fãs (CALADO, 1997).

O surgimento de novos mitos da música popular, presos a uma explicitação mais política de suas linguagens – poética e musical – favoreceu a ampliação de um mercado consumidor desse imaginário. Muitos dos artistas envolvidos com as novas canções inspiraram-se em algumas ideias divulgadas pelos Centros Populares de Cultura, pelo Teatro de Arena pelos debates promovidos pela UNE nas Universidades (CONTIER, 1998). A chamada canção de protesto, escrita por dezenas de compositores durante os anos 60, representava uma possível intervenção política do artista na realidade social do país, contribuindo assim para a transformação da sociedade. Os artistas, imbuídos desse imaginário político, aproximaram-se de arranjadores (maestros), de intérpretes, de intelectuais (ligados aos CPCs, ISEB ou Departamentos de Sociologia das Universidades), de instrumentistas, almejando induzir, implícita ou explicitamente, através de suas canções algumas práticas revolucionárias, a partir de suas mensagens (CONTIER, 1998).

Dadas às circunstâncias políticas e ideológicas, os festivais – principalmente os de 66, 67 e 68 – tornaram-se de grande importância histórica. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, em Viña del Mar e na cidade do México e na ilha de Wight, em Monterrey e Juanles-Pins, os festivais de música popular tiveram um papel de destaque na emergência de uma cultura musical transnacional de massa nas décadas de 1960 e 1970 (FLÉCHET, 2011). As décadas de 1960 e 1970 são decisivas para a história dos festivais numa perspectiva transnacional. Além de ter sido um momento de gênese dos festivais de música popular, o período é considerado um marco inicial da globalização cultural. Caracteriza-se por uma intensificação e uma complexificação dos fluxos culturais em nível internacional possibilitada pela revolução dos meios de comunicação.

No Festival da MBP de 1967, muitos nomes ganharam força e o Tropicalismo alçou voo. As músicas de festivais deixaram de ser sambas bonitos e passaram a ser músicas com conteúdo, que tratavam da realidade social e política da época. O 2º Festival Internacional da Canção de 1968 não foi diferente. Geraldo Vandré foi vice-campeão com a música Para Não Dizer que Não Falei de Flores – música que se tornaria um hino da resistência do movimento civil e estudantil (UMA NOITE EM 67, 2010). Como muitas outras, a música foi censurada e no mesmo ano, Vandré foi exilado. Um ano depois, foi a vez de Caetano Veloso e Gilberto Gil conhecerem o exílio. Os dois foram para Londres e lá permaneceram durante muitos anos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho dedicou-se ao estudo das principais concepções de poder e a construção de uma hegemonia midiática com a disseminação do caráter contestador na época da Ditadura Militar no Brasil. O trabalho referido tratou, em maior parte, sobre conceitos - principalmente de poder; campos político e midiático; estado autocrático e democrático -, estudo do contexto histórico e, baseado nesse estudo, a construção de uma hegemonia militar através dos meios de comunicação e o surgimento de movimentos contra hegemônicos.

Para conseguir compreender a construção de um sistema de mídia hegemônico no período da Ditadura Militar, sentiu-se a necessidade de realizar um estudo sobre diferentes concepções de poder e traçar um paralelo entre concepções e tipologias de poder. Esse estudo permitiu a melhor compreensão nas explicações realizadas sobre os campos político e midiático.

Tendo desenvolvido a parte teórica, foi possível realizar uma breve exposição sobre a história da televisão brasileira e seu desenvolvimento histórico, político, econômico e social, bem como sua participação na época da Ditadura Militar e sua parceria com os militares e construção de um sistema de mídia hegemônico, capaz de disseminar os ideais ditatoriais e censurar conteúdos que não eram de interesse do sistema.

O trabalho é finalizado com um breve estudo sobre o conceito de contra-hegemonia, que é ilustrado com os movimentos artísticos musicais da época que ganharam força e fama por irem contra o sistema militar e suas imposições. O foco deste capítulo foram os Festivais de Música Popular Brasileira.

7 REFERÊNCIAS

BARROS, Lúcio Alves de. **Concepções sobre a obra de Max Weber**. Belo Horizonte, 2000, mimeo.

BERGER, Peter L. **O Dossel Sagrado: Elementos para uma sociologia da religião**. São Paulo: Paulinas, 1985. L

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Memória e Sociedade, 1989.

CALADO, Carlos. **Tropicália: a história de uma revolução musical**. São Paulo: Editora 34, 1997.

CONTIER, Arnaldo Daraya. **Edu Lobo e Carlos Lyra: O Nacional e o Popular na Canção de Protesto (Os Anos 60)**. In:___: **Revista Brasileira de História vol.18 n.35**. São Paulo, 1998.

DAHL, Robert A. **A Poliarquia**. Editora: Edusp,1971.

FLÉCHET, Anaís. **Por uma história transnacional dos festivais de música popular. Música, contracultura e transferências culturais na décadas de 1960 e 1970**. In:___: **CEDAP, vol.7 n.1, p. 257-271**. São Paulo, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Editora Vozes, 2013.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo Editora da UNESP, 1993.

GRAMSCI, Antonio. **1981-1937 Cadernos do cárcere**. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho. 3ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a

MATTOS, Sérgio Augusto Soares. **História da Televisão Brasileira – uma visão econômica, social e política**. Editora Vozes, 2010.

NAPOLITANO, Marcos; VILLAÇA, Mariana Martins. **Tropicalismo: as relíquias do Brasil em debate**. In:___: **Revista Brasileira de História vol.18 n.35**. São Paulo, 1998.

PELLEGRINI, Tânia; FERREIRA, Mariana. **Português: Palavra e Arte**. São Paulo: Atual, 1998.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **A emergência dos campos sociais**. In Reflexões sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Piauí. Editora Revan, 2000.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio Zahar. 1984

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. Editora Vozes, 1998.

UMA Noite em 67. Direção: Renato Terra e Ricardo Calil. Coprodução: VideoFilmes e Record Entretenimento. Produção Executiva: João Moreira Salles e Mauricio Andrade Ramos. [S.I]: Record Entretenimento, 2010. 1 DVD (85 min), son., color.; DVD.

VILLA, Marco Antonio. **Ditadura à brasileira: 1964-1985 a democracia golpeada à esquerda e à direita**. Editora Leya, 2014.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.